

AJ 120 82



# Ética na política

Espiril

É fundamental que seja ampliado o controle social sobre as práticas políticas, cobrando honestidade, transparência e eficiência

O combate à corrupção, com a busca de mecanismos que a eliminem, é uma prioridade emergente na vida política brasileira. Trata-se de questão crucial para a democracia. Também é indispensável punir judicialmente os responsáveis pelos crimes, como o desvio de dinheiro público e o recebimento de propina, seja para uso em caixa dois de campanha ou qualquer outro fim. Por obra dos maus políticos, que enfraquecem as instituições, a presença do Estado é precária em muitos aspectos.

É lógico que o julgamento de cada um dos que se lambuzaram no valerioduto tem ampla repercussão nacional e até ecoa no exterior. São os grandes personagens da crise atual, a mais aguda desde a era Collor. Mas há outros atores que, embora não ligados direta-

## EDITORIAL

mente a ilicitudes, cometem deslizes comportamentais. Dão as costas a preceitos éticos e, assim, ampliam a deterioração das práticas políticas.

Por tudo que está acontecendo, o país precisa discutir mais a violação da ética na política, não apenas os casos em que essa ocorrência descambou para fraudes e corrupção. É fundamental que se combata a fuga de compromisso dos políticos com a moralidade e com a democracia. Não se deve apenas achar que era previsível, e ficar por isso mesmo, o vergonhoso acordão celebrado entre adversários, na Câmara dos Deputados, para salvar mandatos que foram desonrados. É importante que a sociedade reaja. Inocentar quem confessou o recebi-

mento de propina significa rasgar as leis. Aliás, houve deputado que desafiou colegas durante o ato torpe da votação combinada, convidando a atirar a primeira pedra aquele que não utilizava caixa dois. Para vergonha geral da nação reviveu-se o toma-lá-dá-cá liderado pelo Roberto (o deputado Roberto Cardoso Alves) nos anos 80. É extremamente grave a situação política de um país em que aqueles que fazem as leis as descumprem em proveito próprio. Os eleitores conscientes devem procurar informar-se sobre os envolvidos nessa prática, evitando não reconduzi-los ao mandato. E partido que se preza não deve dar legenda para candidatura de quem não tem condição de ocupar cargo público.

O cenário político brasileiro está poluído por desvios de comportamento de muitas formas. O que di-

zer de parlamentares que ganharam cerca de R\$ 26 mil a mais em seus salários, para trabalhar durante a convocação extraordinária do Congresso, e poucas vezes compareceram às sessões? E da resistência, que acabou prevalecendo, para que o recesso parlamentar não fosse menor do que 50 dias? E do nepotismo, cuja proibição ficou restrita ao Judiciário? Enfim, quando se verá a abolição de privilégios descabidos com os quais a classe política tem se presenteado.

Felizmente, no Espírito Santo, a amplificação do debate sobre os valores para o Estado e fortalecimento da democracia ganha um valioso instrumento. Trata-se da Rede Capixaba pela Ética e Reconstrução Política, que está sendo implantada. Significa um avanço do controle social sobre as práticas políticas, cobrando honestidade, transparência e eficiência.

**Partido que se preza não deve dar legenda para candidatura de quem não tem condição de ocupar cargo público**